



JUCESP PROTOCOLO  
0.753.683/11-8



11022011  
15 08 11

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA RODOVIAS DAS COLINAS S.A.**

**ENTRE**

**RODOVIAS DAS COLINAS S.A.**  
*COMO EMISSORA,*


**BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**  
*COMO AGENTE FIDUCIÁRIO*

**E**

**HEBER PARTICIPAÇÕES S.A.**  
*COMO FIADORA*

**DATADO DE 3 DE AGOSTO 2011**

---

[illegible]

Handwritten signature and circular stamp.

**2.1.** A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

**2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações**

**2.1.1.1.** A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal Monitor Mercantil, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada.

**2.1.1.2.** A ata da RD de que trata a Cláusula 1.2 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP").

**2.1.2. Arquivamento da Escritura**

**2.1.2.1.** Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

**2.1.3. Registro na CVM**

**2.1.3.1.** A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação.

**2.1.4. Registro na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP")**

**2.1.4.1.** As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.8.2 e 3.8.4 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

**2.1.5. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")**

**2.1.5.1.** A presente Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do Parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código de Regulação ANBIMA").

**3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

**3.1. Objeto Social da Emissora**

**3.1.1.** A Emissora tem por objeto social, único e exclusivo, a exploração do Sistema Rodoviário relativo ao Lote 13: Malha Rodoviária Estadual de Ligação entre Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiaí, Itu e Campinas, mediante concessão resultante da Concorrência Pública aberta através do Edital de



A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text "PR. 10/10" and "JUL 10" around a central mark.

Convocação de n. 017/CIC/97, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER/SP ("Concessão"), sempre com a devida observância dos termos e condições das legislações federal e estadual relativas à matéria, especialmente o regulamento da Concessão dos Serviços Públicos de Exploração do Sistema Rodoviário e o respectivo Contrato de Concessão.

### **3.2. Número da Emissão**

**3.2.1.** Esta é a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfaria, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Emissora.

### **3.3. Número de Séries**

**3.3.1.** A Emissão será realizada em série única.

### **3.4. Montante da Emissão**

**3.4.1.** O montante total da emissão será de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), em série única, na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

### **3.5. Quantidade de Debêntures**

**3.5.1.** Serão emitidas 160 (cento e sessenta) debêntures ("Debêntures").

### **3.6. Banco Mandatário e Escriturador**

**3.6.1.** O Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida Yara, s/n.º, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, será o banco mandatário e o escriturador das Debêntures ("Banco Mandatário" e "Escriturador").

### **3.7. Destinação dos Recursos**

**3.7.1.** Os recursos captados através desta Emissão serão destinados ao pagamento de dívidas atuais da Emissora e financiamento de suas atividades, sendo R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) para alongamento do perfil de dívidas que a Emissora possui junto ao HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo e até R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) para reforço do capital de giro da Companhia.

### **3.8. Registro para Distribuição e Negociação**

**3.8.1.** As Debêntures serão registradas: (i) para distribuição no mercado primário por meio do SDT; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas por meio da CETIP.

**3.8.2.** As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da referida Instrução.

A large, stylized handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text "BR - 14107" at the top and "8-40" at the bottom, with a checkmark-like symbol in the center.

Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente Investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

**3.8.3.** Conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

**3.8.4.** Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta Restrita: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas que investirem nas Debêntures deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

### **3.9. Colocação e Procedimento de Distribuição**

**3.9.1.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, com intermediação do Banco BTG Pactual S.A. e do HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Coordenador Líder" e "Coordenador", respectivamente, e, em conjunto, simplesmente "Coordenadores"), instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP.

**3.9.2.** Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, pelos Coordenadores; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

**3.9.3.** No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; e de que (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.

**3.9.4.** Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.



3.9.5. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

#### **4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

##### **4.1. Características Básicas**

###### **4.1.1. Valor Nominal Unitário**

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de 1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

###### **4.1.2. Data de Emissão**

4.1.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 10 de agosto de 2011 ("Data de Emissão").

###### **4.1.3. Prazo e Data de Vencimento**

4.1.3.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 12 (doze) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de agosto de 2012 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo e de amortização antecipada facultativa e resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, em conformidade com a Cláusula 5.2, abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida (definida abaixo), calculada conforme a Cláusula 4.5 abaixo.

###### **4.1.4. Forma e Emissão de Certificados**

4.1.4.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

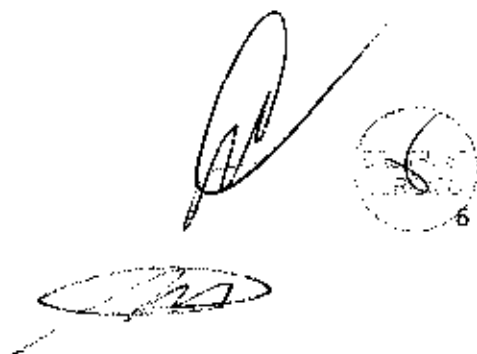
###### **4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures**

4.1.5.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND.

###### **4.1.6. Conversibilidade**

4.1.6.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

###### **4.1.7. Espécie**

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text "CETIP" and "SND" and has a small number "6" at the bottom right. Below the signature, there is another circular stamp, partially visible, which also contains the text "CETIP" and "SND".

**4.1.7.1.** As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

**4.1.8. Garantia Fidejussória**

**4.1.8.1.** Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas nesta Escritura, a Fiadora presta fiança ("Fiança") em favor dos debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, dos valores devidos nos termos desta Escritura, conforme os termos e condições abaixo.

**4.1.8.2.** A Fiadora declara-se e obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora, responsável solidariamente à Emissora como principal pagadora do Valor Garantido (conforme definido abaixo) oriundo das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura e em conformidade com os artigos 275 e seguintes e 818 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil").

**4.1.8.3.** A Fiadora, nos termos do artigo 828, I e II, do Código Civil, renuncia, desde já, aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de desoneração previstos nos artigos 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 da Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

**4.1.8.4.** O valor da Fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão, o qual inclui: (i) o Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura; bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive as despesas judiciais, honorários e despesas com assessor legal, honorários e despesas com Agente Fiduciário, Banco Mandatário, CETIP e verbas indenizatórias, quando houver, nos termos do artigo 822 do Código Civil ("Valor Garantido"). Todo e qualquer pagamento realizado pela Fiadora em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte.

**4.1.8.5.** O Valor Garantido será pago pela Fiadora, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, em até 2 (dois) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, emitida nos termos desta Escritura, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário em até 01 (um) dia útil contado da verificação da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na presente Escritura. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções razoáveis recebidas do Agente Fiduciário.

**4.1.8.6.** Fica facultado à Fiadora efetuar pagamento de obrigação inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive, durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será sanado pela Fiadora.



4.1.8.7. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto desta cláusula, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

4.1.8.8. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura.

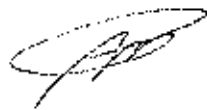
4.1.8.9. A Fiadora declara e garante que: (i) a prestação desta Fiança foi devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes; e (ii) todas as autorizações necessárias para prestação desta Fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor.

4.1.8.10. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da Fiança prevista nesta Escritura, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

4.1.8.11. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e a Fiadora.

4.1.8.12. Fica desde já certo e ajustado que, até as respectivas datas de vencimento e durante eventual prazo de cura especificamente estipulado nesta Escritura, a Emissora é a única responsável pelo pagamento de qualquer valor e pelas obrigações acessórias estabelecidas nesta Escritura, exceto se de outra forma expressamente aqui pactuado. Não obstante, no caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer pagamento, nos termos desta Escritura, a Fiadora tornar-se-á responsável pelo referido pagamento, nos termos da Cláusula 4.1.8.2 acima.

4.1.8.13. Em virtude da Fiança prestada pela Fiadora, a presente Escritura será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de (i) São Paulo, no Estado de São Paulo; e (ii) Salto, no Estado São Paulo, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de sua assinatura. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.





4.1.8.14. A Fiança é prestada pela Fiadora, devidamente representada por meio de seus procuradores, constituídos com poderes específicos, nos termos da procuração outorgada em 29 de julho de 2011, conforme deliberação prévia em RD, em conformidade com o artigo 20, parágrafo §1º, alínea "e" de seu Estatuto Social, conforme atualmente vigente, arquivado na JUCESP sob o nº 351.017/07-0, em sessão de 04 de setembro de 2007.

## **4.2. Subscrição**

### **4.2.1. Prazo de Subscrição**

4.2.1.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, em única data, a qualquer tempo a contar da data de início da distribuição, observado o disposto na Instrução CVM 476 e no contrato de distribuição.

### **4.2.2. Preço de Subscrição**

4.2.2.1. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, corrigido *pro rata temporis* pela Remuneração prevista na Cláusula 4.5 abaixo, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização pelo subscritor.

## **4.3. Integralização e Forma de Pagamento**

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

## **4.4. Atualização do Valor Nominal**

4.4.1. Não haverá atualização do Valor Nominal das Debêntures.

## **4.5. Remuneração**

### **4.5.1. Cálculo e Forma de Pagamento da Remuneração**

4.5.1.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 128% (cento e vinte e oito inteiros por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias das Taxas DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo ("Taxas DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a Data de Emissão nos termos da Cláusula 4.1.2 acima, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula descrita na Cláusula 4.5.1.4 ("Remuneração").

4.5.1.2. Define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

The block contains a handwritten signature in dark ink, which appears to be 'AP'. To the right of the signature is a circular stamp, likely an official seal or stamp, containing some illegible text and a central emblem.

4.5.1.3. A Remuneração será paga trimestralmente, sendo o primeiro pagamento em 10 de novembro de 2011 e o último na Data de Vencimento, conforme tabela a seguir:

Data de Pagamento
10 de novembro de 2011
10 de fevereiro de 2012
10 de maio de 2012
10 de agosto de 2012

4.5.1.4. A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a data de cálculo da Remuneração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n \left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

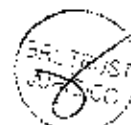
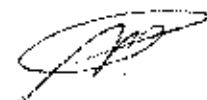
n número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

k número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 (um) até n;

p corresponde a 128,00 (cento e vinte e oito inteiros);

$TDI_k$  Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$DI_k$  Taxa DI-Over, de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:

O fator resultante da expressão  $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100}\right)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left(1 + TDI_k \times \frac{P}{100}\right)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

**4.5.1.5.** Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de  $TDI_k$  a última Taxa  $DI_k$  divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, ou, ainda, no caso de sua extinção ou inaplicabilidade por imposição legal, será utilizada em substituição à Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurada no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic"), ou, em sua falta, a taxa de referência do Sistema Financeiro Nacional que vier a substituir a Taxa Selic.

#### **4.6. Repactuação**

**4.6.1.** Não haverá repactuação programada das Debêntures.

#### **4.7. Pagamento do Principal**

**4.7.1.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago integralmente em uma única parcela na Data de Vencimento, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, a partir da data de pagamento do período de capitalização imediatamente anterior, até a Data de Vencimento.

#### **4.8. Condições de Pagamento**

##### **4.8.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária**

**4.8.1.1.** Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na



hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND: (a) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

**4.8.1.2.** Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

#### **4.8.2. Prorrogação dos Prazos**

**4.8.2.1.** Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

#### **4.8.3. Encargos Moratórios**

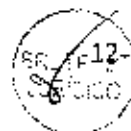
**4.8.3.1.** Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

#### **4.8.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

**4.8.4.1.** Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Remuneração e/ou Data de Vencimento.

#### **4.9. Publicidade**

**4.9.1.** Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados no DOESP e no jornal Monitor Mercantil, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na mesma data da sua realização.



## **5. AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA OU RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL E VENCIMENTO ANTECIPADO**

### **5.1. Aquisição Antecipada Facultativa**

**5.1.1.** A Emissora não poderá adquirir Debêntures em circulação no mercado.

### **5.2. Amortização Antecipada Facultativa ou Resgate Antecipado Facultativo Total**

**5.2.1.** A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, (i) a amortização antecipada, limitando-se a 95% (noventa e cinco por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Antecipada Facultativa") ou (ii) o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), conforme for o caso.

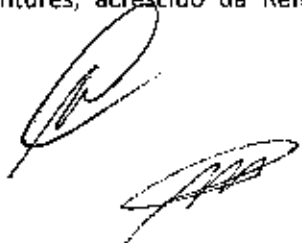
**5.2.2.** A Amortização Antecipada Facultativa e o Resgate Antecipado Facultativo Total deverão ser precedidos de notificação por escrito ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias à realização do pagamento da Amortização Antecipada Facultativa ("Notificação da Amortização Antecipada Facultativa") ou do Resgate Antecipado Facultativo Total ("Notificação do Resgate Antecipado Facultativo Total").

**5.2.3.** A Emissora deverá comunicar a CETIP através de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, da realização de Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo Total com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo Total. O pagamento das Debêntures amortizadas ou resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas eletronicamente no SND e, nas demais hipóteses, por meio do Escriturador.

**5.2.4.** O valor da amortização ou do resgate antecipado devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal a ser amortizado ou resgatado acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento, trazido a valor presente na data da Amortização Antecipada Facultativa ou na data do Resgate Antecipado Facultativo Total ("Valor da Amortização Antecipada Facultativa", "Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total", "Data da Amortização Antecipada Facultativa" e "Data do Resgate Antecipado Facultativo Total", respectivamente).

**5.2.5.** Caso a Amortização Antecipada Facultativa ou o Resgate Antecipado Facultativo Total se dêem até o dia 10 de novembro de 2011, será devido um prêmio de pré-pagamento de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o Valor da Amortização Antecipada Facultativa das Debêntures ou sobre o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total. O prêmio de pré-pagamento de que trata esta cláusula não será devida, caso a Amortização Antecipada Facultativa ou o Resgate Antecipado Facultativo Total se dê depois de 10 de novembro de 2011.

**5.2.6.** A Notificação da Amortização Antecipada Facultativa ou a Notificação do Resgate Antecipado Facultativo Total a ser encaminhada ao Agente Fiduciário deverão conter: (i) a data para o pagamento da Amortização Antecipada Facultativa ou do Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme o caso; e (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos



Encargos Moratórios, se for o caso, e demais encargos devidos e não pagos até a data para o pagamento da Amortização Antecipada Facultativa, na hipótese de Amortização Antecipada Facultativa ou o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total, na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo Total.

**5.2.7.** O pagamento da Amortização Antecipada Facultativa deverá ser realizado na data indicada na Notificação da Amortização Antecipada Facultativa, e deverá abranger proporcionalmente todas as Debêntures em circulação, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND.

**5.2.8.** No caso de Amortização Antecipada Facultativa, o Valor Nominal a ser resgatado na Data de Vencimento e a Remuneração serão calculados com base no saldo do Valor Nominal ajustado para refletir o pagamento do Valor da Amortização Antecipada Facultativa.

**5.2.9.** Em caso de Resgate Antecipado Facultativo Total, as Debêntures serão canceladas.

### **5.3. Vencimento Antecipado**

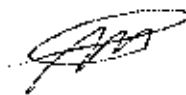
#### **5.3.1. Hipóteses de vencimento antecipado**

O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nas Cláusulas 5.3.1.1 e 5.3.1.2 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

- a) protesto de títulos comerciais, títulos de crédito ou protesto de obrigação de qualquer natureza contra a Emissora, com valor unitário ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento pela Emissora do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora: (a) que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros e tenha sido tomada a medida judicial adequada para anulação ou sustação dos efeitos do protesto; (b) que o protesto foi cancelado; (c) que foram prestadas garantias em juízo; ou, ainda, (d) que o valor objeto do protesto foi devidamente quitado;
- b) pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou auto-falência da Emissora e/ou da Fiadora, independentemente de ter sido deferimento de seu processamento, para os casos de recuperação, ou do pedido de auto-falência da Emissora e/ou da Fiadora;



- c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Fiadora e não elidido devidamente ou contestado e garantido pela Emissora e/ou pela Fiadora no prazo legal
- d) liquidação, dissolução, extinção, ou insolvência da Emissora e/ou da Fiadora;
- e) inadimplemento pela Emissora e/ou pela Fiadora das obrigações pecuniárias devidas nos termos desta Escritura não sanado no prazo de 1 (um) dia útil contado das respectivas datas de pagamento;
- f) inadimplemento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias com valor individual ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, contraídas no mercado financeiro local ou internacional, ainda que na condição de garantidora, em relação a qualquer instituição financeira ou quaisquer dos Debenturistas, que não seja sanado dentro do eventual prazo de cura aplicável;
- g) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 10 (dez) dias corridos, contados da data do recebimento, pela Emissora, de aviso que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- h) caso a Emissora seja inscrita em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, inclusive, mas não se limitando ao SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, em montantes, individual ou conjuntamente considerados, superiores a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- i) realização de redução de capital social ou amortização de ações da Emissora, ou, ainda, reembolso de ações de acionistas da Emissora, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, que representem mais de 10% do patrimônio líquido (conforme a última demonstração financeira auditada da Emissora), após a data de assinatura da presente Escritura, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim;
- j) fusão, cisão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim.



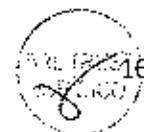
- k) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, e observado o artigo 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- l) alienação do atual controle direto ou indireto da Emissora e/ou da Fiadora sem prévia e expressa aprovação dos Debenturistas manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim, entendendo-se por controle o estabelecido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.
- m) pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio pela Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura de Emissão;
- n) não manutenção, pela Emissora, dos seguintes índices financeiros verificados semestralmente pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras da Emissora, relativas a cada semestre encerrado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano até o vencimento final das Debêntures, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do semestre em questão com o semestre imediatamente anterior ("Índices Financeiros");
- o índice obtido pela divisão de Dívida Líquida por EBITDA não deverá ser superior a 2,5 (dois vírgula cinco);
  - o índice obtido pela divisão de Dívida Líquida por EBITDA Ajustado não deverá ser superior a 3,5 (três vírgula cinco); e
  - o índice obtido da divisão do EBITDA pelas Despesas Financeiras deverá ser superior a 2,0 (dois).

Para os fins deste item (l), são utilizadas as definições abaixo:

(a) "Despesas Financeiras": significam as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses (excluídas as variações monetárias e cambiais passivas e o resultado das operações de hedge cambial), deduzidas das receitas financeiras (excluídas as variações monetárias e cambiais ativas e o resultado das operações de hedge cambial) calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses (excluídas as variações monetárias e cambiais ativas), em bases consolidadas;

(b) "Dívida Líquida": significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, incluindo todas as Debêntures em circulação no âmbito da Oferta Restrita, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras, diminuído de disponibilidades; e

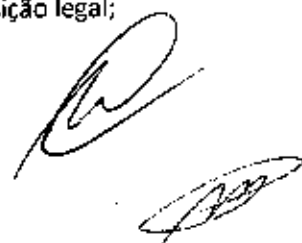
(c) "EBITDA": significa o valor calculado, pelo regime de competência, ao longo dos últimos 12 (doze) meses, igual à soma das receitas líquidas diminuídas de (i) custo dos serviços prestados; (ii) despesas administrativas, acrescidas de (i) despesas de depreciação e amortização e amortização dos valores referentes ao custo da outorga das concessões da Emissora, (ii) provisão para manutenção referente à obrigação contratual de manutenção das condições de conservação da Rodovia;





(d) "EBITDA Ajustado": significa o valor calculado, pelo regime de competência, ao longo dos últimos 12 (doze) meses, igual à soma das receitas líquidas deduzidas das receitas de construção - ICPC, diminuídas de (i) custo dos serviços prestados e (ii) despesas administrativas, acrescidas de (a) despesas de depreciação e amortização e amortização dos valores referentes ao custo da outorga das concessões da Emissora, (b) provisão para manutenção referente à obrigação contratual de manutenção das condições de conservação da Rodovia.

- o) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial ou arbitral que não tenha sido objeto de recurso com efeito suspensivo, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas convertido com base no câmbio da moeda estrangeira, na data do descumprimento;
- p) perda, caducidade, cassação, encampação, extinção de concessão, permissão ou autorização da Concessão detida pela Emissora;
- q) intervenção, por qualquer motivo, em concessão detida pela Emissora
- r) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa a terceiros, pela Emissora e/ou pela Fiadora, das obrigações assumidas nesta Escritura sem prévia expressa anuência dos Debenturistas manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente, convocada para este fim;
- s) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, quaisquer declarações ou garantias relevantes prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora nesta Escritura e/ou em quaisquer documentos no âmbito da Oferta Restrita;
- t) descumprimento do disposto no item (xiii) da Cláusula 6.1 abaixo;
- u) não utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão, estritamente nos termos da Cláusula 3.7.1 acima;
- v) (i) alienação de ativos pela Emissora; ou (ii) desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique perda de bens da Emissora, que, individual ou conjuntamente, em qualquer dos casos (i) e/ou (ii), representem valor agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- w) a criação, incorrência ou assunção de qualquer ônus ou gravame sobre quaisquer bens, ativos ou direitos da Emissora, em valor individual ou agregado superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, com o fim de prestar garantias a terceiros, sem que o referido ônus ou gravame destine-se a garantir as Debêntures na mesma proporção, prévia ou concomitantemente à prestação da referida garantia, exceto no caso de ônus ou gravame:
  - (i) existente na Data de Emissão;
  - (ii) decorrente de qualquer garantia outorgada em cumprimento de obrigações estabelecidas no Contrato de Concessão ou criado por imposição legal;



- (iii) constituído sobre qualquer ativo, bem ou direito adquirido pela Emissora, desde que o ônus ou gravame já esteja constituído à época da aquisição desse ativo, bem ou direito; e
- (iv) decorrente de servidões, direitos de passagem, restrições e outros ônus similares incorridos no curso normal de seus negócios.
- x) celebração, pela Emissora, de contratos de mútuo, na qualidade de mutuante ou mutuária, com pessoas físicas ou jurídicas que sejam, direta ou indiretamente, coligadas ou controladoras da Emissora ou coligadas, controladoras ou controladas diretas ou indiretas da Fiadora ("Partes Relacionadas"), cujo valor, individual ou agregado, supere R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) durante a vigência das Debêntures. Todos os contratos de mútuo celebrados com Partes Relacionadas deverão conter indicação expressa de que os créditos relacionados a tais mútuos são subordinados a estas Debêntures, nos termos do artigo 83, VIII, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada, de modo que, no caso de falência da Emissora, o crédito dos titulares das Debêntures terá preferência sobre eventuais créditos de Partes Relacionadas decorrentes de tais mútuos. Fica, ainda, ressalvado que a Emissora poderá utilizar recursos desta Emissão, até o limite disponível para capital de giro, conforme estabelecido na Cláusula 3.7.1 acima, para a realização de mútuo com Partes Relacionadas.

**5.3.1.1.** A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas b), c), d), e), f), i), j), k), l), m), p), q), t), v) e w) acima, e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

**5.3.1.2.** Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 5.3.1.1 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8 abaixo. Caso decidam contra o vencimento antecipado das Debêntures, tal decisão terá caráter irrevogável e irretratável. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia por, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação. Caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

**5.3.2.** Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar, em até 01 (um) dia útil, carta protocolada informando tal evento: (a) à Emissora, com cópia à CETIP; e (b) ao Banco Mandatário.

**5.3.3.** Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, em uma única data, a contar do protocolo na CETIP da carta mencionada na Cláusula 5.3.2 acima, obrigando-se a Emissora e/ou a Fiadora a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração aplicável devida, e de quaisquer outros valores eventualmente


devidos pela Emissora nos termos desta Escritura. Caso tal pagamento seja feito pela Fiadora, este será realizado fora do âmbito da CETIP.

**5.3.4.** Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.3.3 acima, além da Remuneração devida, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme previsto na Cláusula 4.8.3 acima.

**5.3.5.** No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados nesta Cláusula 5.3 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.3.2 acima, no que diz respeito às Debêntures registradas no SNO, para que a realização do pagamento de que trata a Cláusula 5.3.4 acima ocorra por meio da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência.

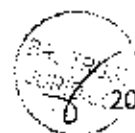
## **6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA**

**6.1.** A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obriga a:

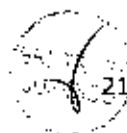
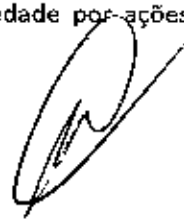
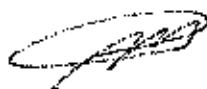
- (i) arcar com todos os custos decorrentes da distribuição e manutenção das Debêntures, incluindo, mas não se limitando a: (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) com o registro e a publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário, Escriturador e assessores legais;
- (ii) apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes, nos termos da regulamentação expedida pela CVM, especialmente a Instrução CVM 476;
- (iii) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - (a) dentro de, no máximo, 03 (três) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes registrados na CVM, bem como as suas demonstrações financeiras com data base em 30 de junho de cada ano, objeto de revisão especial por parte dos auditores independentes registrados na CVM no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do encerramento do semestre;
  - (b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de demonstrativo de apuração dos Índices Financeiros, com sua respectiva memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tais índices financeiros;
  - (c) dentro de 05 (cinco) dias úteis após o efetivo registro na Junta Comercial, prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas;



- (d) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, documentos e/ou informações que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário, por escrito, a fim de que este possa cumprir com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28") e
- (e) informações a respeito de qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos nesta Escritura imediatamente após a sua ocorrência.
- (iv) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pela regulamentação da CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (v) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
  - (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
  - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 03 (três) anos;
  - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
  - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder; e
  - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.
- (vi) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (v); (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009, o qual a Emissora declara conhecer e que passa a fazer parte integrante da presente Escritura para todos os fins de direito;



- (vii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
- (viii) até o integral pagamento de todos e quaisquer valores devidos aos debenturistas nos termos desta Escritura e observada a Cláusula 5.3.1 (x), inserir disposição em quaisquer contratos de mútuo celebrados com Partes Relacionadas que os créditos relacionados a tais mútuos são subordinados a estas Debêntures, nos termos do artigo 83, VIII, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada, de modo que, no caso de falência da Emissora, o crédito dos titulares das Debêntures terá preferência sobre eventuais créditos de Partes Relacionadas decorrentes de tais mútuos;
- (ix) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 abaixo, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (x) cumprir tempestivamente todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (xi) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (xii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xiii) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades ou que, de qualquer forma, possa resultar em intervenção, perda, caducidade, cassação, encampação, extinção de concessão, de permissão ou de autorização da Concessão detida pela Emissora ou que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura, bem como sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Escritura;
- (xiv) manter a propriedade sobre seus bens e propriedades relevantes e particularmente sobre seus imóveis;
- (xv) manter os ativos mencionados acima segurados por companhia de seguro de primeira linha, com cobertura dos valores e riscos adequados para a condução de seus negócios e para o valor de seus ativos e de acordo com os padrões de sociedades do mesmo setor no Brasil;
- (xvi) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xvii) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xviii) manter-se devidamente organizada e constituída como uma sociedade por ações sob as leis brasileiras;



11.11.17

11.11.17

- (xix) cumprir com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável, incluindo manutenção de licenças relevantes, aprovações e requerimentos societários, governamentais, legais ou regulamentares aplicáveis, necessárias para o exercício de suas atividades principais;
- (xx) observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável; e
- (xxi) apresentar, ao Agente Fiduciário, na data de publicação das demonstrações financeiras, demonstrativo de cálculo que ateste o enquadramento pela mesma em relação aos Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 5.3.1 n) acima, acompanhado de documento comprobatório de referidas informações, para a verificação dos referidos Índices Financeiros.

6.2. A Fiadora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - (a) dentro de, no máximo, 03 (três) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado; e
  - (b) informações a respeito de qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos nesta Escritura imediatamente após a sua ocorrência, inclusive os da Emissora de que tiver conhecimento como acionista controladora.
- (ii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
- (iii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor; e
- (iv) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Fiadora.

## 7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de debenturistas perante a Emissora.





**7.3.3.** Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, solicitando sua substituição.

**7.3.4.** É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para esse fim.

**7.3.5.** A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

**7.3.6.** A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

**7.3.7.** O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

**7.3.8.** Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

**7.4.** Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

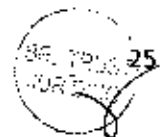
- (i) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (iv) arcar com os tributos, municipais, estaduais e federais, assim como com os encargos cíveis, trabalhistas e previdenciários, presentes ou futuros, atribuídos ao Agente Fiduciário nos termos da legislação aplicável;
- (v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, contudo não é obrigado a atestar a veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus





colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável;

- (vii) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (x) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (xi) solicitar, quando os Debenturistas considerarem necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 03 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9.1 acima;
- (xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembleia;
- (xiv) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as informações descritas nas alíneas abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar todos os atos societários e demais informações e/ou documentos necessários à realização do relatório, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até o prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório.
  - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores



econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se for o caso, da Remuneração das Debêntures realizada no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e
  - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (xv) colocar o relatório de que trata o item (xiv) acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
  - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
  - (c) na CVM; e
  - (d) na sede dos Coordenadores, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures.
- (xvi) enviar comunicado aos debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xv) acima;
- (xvii) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador e à CETIP;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer; e
- (xix) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados de seu conhecimento sobre qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais.

**7.5.** O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:



- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração correspondente e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas; e
- (iv) representar os debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

**7.6.** O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) e observado o quórum estabelecido na Cláusula 5.3.1.3, esta assim o autorizar.

**7.7.** Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes à remuneração mensal de R\$ 1.000,00 (mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 3º (terceiro) dia útil contado da data de celebração desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos meses subsequentes, até o resgate total das Debêntures.

**7.7.1.** O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

**7.7.2.** A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 7.7 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata temporis*.

**7.7.3.** Os valores serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), IR (Imposto de Renda) e (iv) quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura correspondem a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário.

**7.7.4.** Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando a alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

**7.7.5.** A remuneração prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na Escritura, como configuradores de vencimento antecipado.



7.7.6. A remuneração descrita na Cláusula 7.7 acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.

7.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos. Caso as despesas a serem realizadas pelo Agente Fiduciário somem mais de R\$5.000,00 (cinco mil reais), o Agente Fiduciário deverá previamente solicitar à Emissora uma autorização para realização de tais despesas e, uma vez aprovadas e incorridas, deverá enviar todos os comprovantes de despesas, para que a Emissora possa acompanhar tais gastos.

7.8.1. O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.9. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

## **8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

8.1. Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

8.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.



8.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

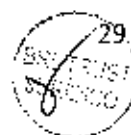
8.8. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por 66,0% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em circulação, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura, e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração das Debêntures, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

8.8.1. A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

## 9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E/OU DA FIADORA

9.1. A Emissora e/ou a Fiadora declaram e garantem que, na data de assinatura desta Escritura:

- (i) são sociedades por ações devidamente constituídas, com existências válidas e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como estão devidamente autorizadas a desempenhar as atividades descritas em seus respectivos objetos sociais;
- (ii) na data desta Escritura, a Emissora não possui quaisquer subsidiárias, controladas ou coligadas;
- (iii) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto, não havendo qualquer restrição emanada do poder concedente, de agência reguladora ou de qualquer órgão fiscalizador da Concessão;
- (iv) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e/ou pela Fiadora, inclusive em relação à Concessão;
- (v) as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (vi) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora e/ou a Fiadora sejam parte, inclusive, mas não se limitando aos contratos financeiros firmados pela Emissora e/ou pela Fiadora e aos contratos relativos à Concessão, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou da Fiadora, exceto por aqueles já existentes nesta data ou aqueles objeto de renúncia por seus respectivos credores, sendo que tal renúncia deverá ser comprovada ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura desta Escritura; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;



- (vii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura e arquivamento das atas da AGE e da RD na JUCESP e do registro das Debêntures na CETIP;
- (viii) as situações econômica, financeira e patrimonial da Emissora e da Fiadora, na data em que esta declaração é feita, não sofreram qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (ix) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 e de 30 de junho de 2011 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- (x) cumprirão com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura;
- (xi) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie e de sua emissão dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xiii) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, suas controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura; e
- (xiv) não há fatos relativos à Emissora, à Fiadora, ou às Debêntures, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja enganosa, incorreta ou inverídica.

## 10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**10.1.** As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

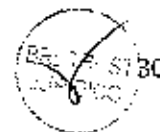
- (i) Para a Emissora:

**RODOVIAS DAS COLINAS S.A**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.277 – 12º andar

At.: Sr. Wendel da Silva Caleffi

Telefone: (11) 2344-9765



Fax: (11) 2344-9724

e-mail: [wendel.caleffi@cibepar.com.br](mailto:wendel.caleffi@cibepar.com.br)

(iii) Para o Agente Fiduciário:

**BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Rua Iguatemi, 151, 19º andar (parte)

At.: Sr. Mauricio da Costa Ribeiro

Telefone: 11 3133-0350

Fax: 11 3133-0360

e-mail: [controle@brltrust.com.br](mailto:controle@brltrust.com.br)/[arbex@brltrust.com.br](mailto:arbex@brltrust.com.br)

(iv) Para o Banco Mandatário:

**BANCO BRADESCO S.A.**

Avenida Yara, s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar, Cidade de Deus

Osasco – SP

At.: Marcelo Poli

Telefone: (11) 3684-7654

Fax: (11) 3684-5645

E-mail: [4010.mpoli@bradesco.com.br](mailto:4010.mpoli@bradesco.com.br)

(v) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS**

Avenida República do Chile, 230, 11º andar

CEP 20031-170 - Rio de Janeiro, RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

Ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

São Paulo, SP

CEP 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

**10.1.1.** As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

**10.1.2.** As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

**10.1.3.** A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Mandatário e Escriturador, ao Agente Fiduciário pela Emissora.

**10.2.** Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por "dia útil" qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não



houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente "dia útil" será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de "dia útil", entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

**10.3.** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**10.4.** Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

**10.5.** Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

**10.6.** Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

**10.7.** Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

## **11. ARBITRAGEM**

**11.1.** Sem prejuízo de cobrança das Debêntures por meio de procedimento de execução judicial, fica expressamente convencionado que todas as disputas, controvérsias ou reclamações relacionados com a interpretação e/ou violação de quaisquer termos e condições aqui previstos não solucionadas de como acordo entre a Emissora, a Fiadora e/ou o Agente Fiduciário representando a comunhão de interesse dos titulares das Debêntures dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da notificação pela outra parte sobre o conflito (exceto nas hipóteses previstas nesta Escritura em que há prazo de cura específico) serão obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Regulamento"), por tribunal composto por três árbitros, indicados de acordo com o citado Regulamento ("Tribunal Arbitral"). A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberá ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá: (i) lugar no município de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiro as cláusulas desta Escritura e, na omissão, o disposto na legislação brasileira. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerá a desta Escritura ("Controvérsia").



**11.1.1.** Inclui-se no conceito de Controvérsia, sem limitação, os embargos do devedor à execução por quantia certa fundada nas Debêntures, que serão substituídos pela arbitragem.

**11.2.** A parte interessada notificará a Câmara sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme o Regulamento.

**11.3.** A recusa, por qualquer parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às partes.

**11.4.** A sentença arbitral será proferida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as partes, o valor de decisão final e irrecorrível.

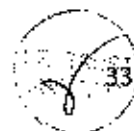
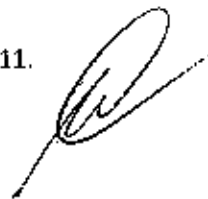
**11.5.** As partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou sujeição das partes à arbitragem.

**11.6.** As despesas relacionadas a qualquer disputa submetida à arbitragem nos termos desta Cláusula 11 deverão ser arcadas pela parte que for vencida no procedimento arbitral, incluindo as custas e os honorários advocatícios razoáveis incorridos pela parte vencedora, e, se for dada procedência parcial à pretensão, as partes arcarão com as despesas em partes iguais, exceto se de outra forma determinado pelos árbitros.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

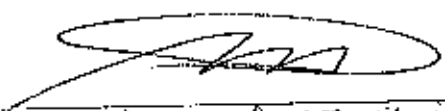
\*\*\*\*

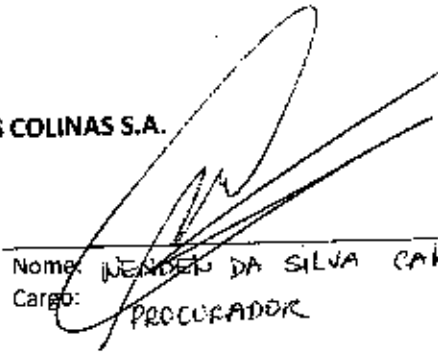
São Paulo, 3 de agosto de 2011.



(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Rodovias das Colinas S.A.)

RODOVIAS DAS COLINAS S.A.

  
Nome: AUGUSTO RENATO MILANI AGUIAR  
Cargo: PROCURADOR

  
Nome: WENDER DA SILVA CALEFFI  
Cargo: PROCURADOR

(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Rodovias das Colinas S.A.)

**BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Nome:

Cargo:

*Wesley de Castro Silva*  
**DIRETOR**

Nome:

Cargo:

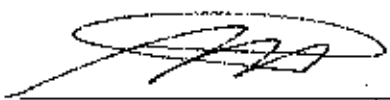
*[Handwritten signature]*

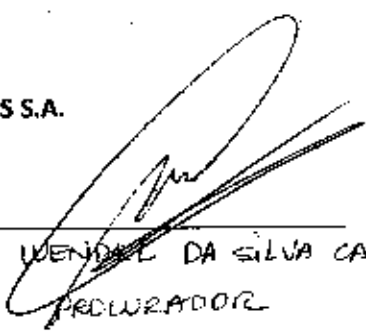
*[Handwritten signature]*



(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Rodovias das Colinas S.A.)

**HEBER PARTICIPAÇÕES S.A.**

  
Nome: AUGUSTO RENATO MILANI AGUIAR  
Cargo: PROCURADOR

  
Nome: WENDEL DA SILVA CALEFFI  
Cargo: PROCURADOR



(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Rodovias das Colinas S.A.).

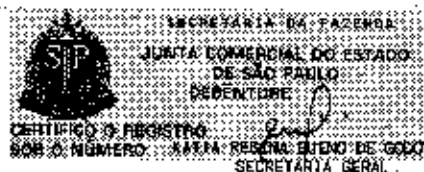
Testemunhas:

1.

Nome: HENRIQUE BASTOS MARQUEZ FILHO  
RG: 90.854.834-5

2.

Nome: RAYNY TORRES CASTRO  
RG: 12.493.187-4



ED000753-5/000



JUCESP

*[Handwritten signatures and a circular stamp]*